

Comparabilidade dos Indicadores Econômico-financeiros das Demonstrações Financeiras em Br Gaap e Ifrs

Breno Augusto de Oliveira Silva
brenoaos@gmail.com
UFU

Victor Frederiko Vieira Mamede
frederiko.mamede@hotmail.com
UFU

Sérgio Guimarães Nogueira
sergiognogueira@yahoo.com.br
UFU

Marcelo Tavares
mtavares@ufu.br
UFU

Sirlei Lemes
sirlemes@uol.com.br
UFU

Resumo:No Brasil, o processo de convergência dos padrões locais de contabilidade para os internacionais está em trâmite, apesar de ainda limitado a setores específicos. Considerando que a análise do desempenho econômico-financeiro de uma empresa deve ser pautada em informações de qualidade e comparáveis aos de seus concorrentes, o objetivo deste artigo é verificar qual o impacto nos principais indicadores econômico-financeiros, quando os mesmos são calculados com base em demonstrações contábeis elaboradas sob padrões BR GAAP (Brazilian Generally Accepted Accounting Principles) e IFRS (International Financial Reporting Standards). Para isso, foram analisadas 54 companhias abertas listadas na BM&FBovespa, pertencentes ao índice Ibovespa. A partir das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2009, cada indicador foi avaliado comparativamente entre as normas BR GAAP e IFRS, a fim de se observar se existem variações entre os valores e se as mesmas são significativas estatisticamente. Os dados foram analisados quanto à normalidade, por meio do teste de Shapiro-Wilks e, posteriormente, submetidos ao teste não paramétrico de Wilcoxon. Os resultados obtidos demonstraram diferenças entre os valores dos índices calculados sob os dois padrões, porém, com variação significativa apenas para o índice Composição do Endividamento. Considerando os objetivos do IASB (International Accounting Standards Board) de convergência das normas locais aos princípios internacionais e a adoção dos IFRS no Brasil a setores específicos, os resultados permitem supor que, destarte as variações identificadas, as normas brasileiras, notadamente as aprovadas pela CVM, estão satisfatoriamente alinhadas aos padrões propostos pelo IASB, refletindo a efetividade dos

esforços deste órgão para harmonizar os critérios contábeis.

Palavras Chave: Desempenho econômico - BR GAAP - IFRS - -

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO TEMA

A falta de uma linguagem homogênea para expressar os resultados contábeis de determinada empresa sempre foi um obstáculo quando o objetivo é compará-los aos dos seus concorrentes estrangeiros ou buscar alternativas de captação de recursos internacionais. Diante deste cenário, o *International Accounting Standards Board* (IASB) – Junta de Normas Contábeis Internacionais – propôs a adoção de princípios e critérios uniformes de contabilidade, chamados atualmente de *International Financial Reporting Standards* (IFRS) – Padrões Internacionais de Contabilidade. Conforme ressalta Epstein (2009), uma vez que a internacionalização dos mercados e negócios é considerada uma tendência e uma consequência da globalização, a uniformidade de normas e padrões contábeis traz vantagens evidentes às empresas. A informação de qualidade tem sido a responsável por promover as relações comerciais internacionais, na medida em que facilita o fluxo de capital entre os mercados financeiros de diferentes países.

No Brasil, conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), todas as companhias abertas devem apresentar suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os IFRS a partir do exercício de 2010. Desde o surgimento, em dezembro de 2000, do Novo Mercado, segmento da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), as empresas pertencentes a este segmento podiam apresentar suas demonstrações com base em US GAAP (*United States Generally Accepted Accounting Principles* – Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos) ou IFRS. Mas como a transição para um sistema contábil global parece inevitável, as companhias listadas no Novo Mercado também já estão em fase de adaptação para se adequar aos IFRS. Sendo assim, as demonstrações financeiras de 2009 (ajustadas) e 2010 deveriam, conforme determinação da CVM, ser apresentadas neste formato.

Até 2006, a padronização das demonstrações financeiras, de empresas ao redor do mundo, era vista pelos mercados mundiais como uma tarefa difícil de ser concretizada. No entanto, por meio de um movimento de globalização da informação contábil, esta situação mudou de forma considerável nos últimos anos. Sabe-se que, naquele mesmo ano, empresas de mais de 100 países já utilizavam os IFRS, adaptados ou não, para apresentar seus resultados (FELLMAN, 2010).

A discussão que surge com a nova exigência de readaptação na contabilidade das empresas é o questionamento sobre as vantagens dos IFRS em relação aos modelos de contabilidade utilizados em cada país, seja ele BR GAAP (*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles* – Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil), US GAAP ou outras normas contábeis locais.

É fato que, um sistema de contabilidade que possa gerar resultados de fácil interpretação ao redor do mundo, e que torne os números de uma empresa comparáveis aos seus pares em diferentes continentes, é de interesse de todos os envolvidos. Entretanto, é latente a preocupação dos administradores quanto à questão dos custos dessa transição, ao treinamento de pessoal, à contratação de assessoria externa qualificada para auxiliar no processo e diversos outros entraves a essa migração. No Brasil, as empresas continuam a gerar seus balanços conforme as normas antigas, com o intuito de atender às exigências do fisco, que ainda não se pronunciou sobre a possibilidade de migração integral para tal sistema.

Apesar de a adoção dos IFRS como modelo único de divulgação de resultados não ser aceita por todos os países, é possível perceber uma rápida evolução dessa adaptação por parte das empresas. Nos EUA, a SEC (*Securities and Exchange Commission*), comissão de valores

mobiliários americana, permite, desde 2007, que empresas estrangeiras listadas em bolsas de valores do país reportem seus resultados em IFRS, e já sinalizou para a possibilidade de adoção também pelas empresas americanas. A mudança continua a avançar de modo que as dificuldades sejam resolvidas de forma satisfatória.

Desde 2005, deliberações e regulamentações da CVM vêm adequando as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. Mesmo antes da obrigatoriedade a partir de 2010, várias companhias abertas brasileiras já vinham elaborando suas demonstrações financeiras com base em BR GAAP, porém, com alguns ajustes propostos pelo IASB e determinados pela CVM. Considerando os objetivos do IASB, de convergência dos GAAP locais para os padrões IFRS, de forma a uniformizar a linguagem contábil entre os mercados, a análise das demonstrações financeiras elaboradas sob padrões BR GAAP e IFRS torna-se relevante para verificar o nível dessa convergência no Brasil.

Nesse contexto, os indicadores econômico-financeiros assumem um papel importante, pois refletem a situação das empresas em um dado momento, e por meio dos quais se pode medir o desempenho destas. A existência ou não de variações nos valores desses índices, quando calculados sob os critérios BR GAAP e IFRS, podem indicar o grau de convergência das normas brasileiras, notadamente as aprovadas pela CVM desde 2005, aos padrões internacionais. Além disso, eventuais variações nos valores dos indicadores podem indicar se há uma tendência de melhora ou piora no desempenho econômico-financeiro das empresas, podendo, assim, influenciar a tomada de decisão por parte dos usuários da informação.

Portanto, é importante verificar se essas variações realmente ocorrem e o quão significativas elas são. Assim, a partir da análise da significância de eventuais diferenças, o estudo pode contribuir para a verificação da efetividade dos esforços do IASB de convergência dos GAAP locais aos princípios internacionais, ao apresentar uma comparação dos índices entre BR GAAP e IFRS e o quão próximos ou distantes eles se encontram um do outro.

1.2. PROBLEMA DE PESQUISA

Considerando os esforços de convergência do IASB e a necessidade de se avaliar o impacto dos IFRS nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras, este trabalho visa responder a seguinte questão: **qual o impacto nos indicadores econômico-financeiros, quando estes são calculados com base em demonstrações financeiras elaboradas sob normas BR GAAP e IFRS?**

1.3. OBJETIVOS

O presente artigo tem como objetivo geral verificar se ocorrem variações nos principais índices econômico-financeiros, quando os mesmos são calculados com base em demonstrações financeiras elaboradas sob padrões BR GAAP e IFRS. A partir do objetivo geral, delineou-se como objetivos específicos:

- Verificar se os índices são comparáveis entre os dois padrões contábeis;
- Verificar as variações entre os dois conjuntos de índices;
- Demonstrar se as variações encontradas são significativas dentro da amostra;
- Verificar o impacto dessas variações no desempenho econômico-financeiro das empresas.

1.4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O trabalho caracterizou-se por uma pesquisa descritiva com uma abordagem quantitativa. A amostra do estudo foi constituída por 54 companhias abertas, listadas na BM&FBovespa e pertencentes ao índice Ibovespa do período quadrimestral janeiro-abril de 2011. A escolha do índice Ibovespa advém do fato de que este é composto pelos principais papéis negociados na BM&FBovespa, servindo como indicador médio do comportamento do mercado.

O Ibovespa do período quadrimestral janeiro-abril de 2011 foi composto por 69 ações, totalizando 65 empresas. Destas, foram excluídas oito instituições financeiras, visto que estas estão sujeitas a regulamentações distintas por parte do Banco Central, além das empresas Cosan S.A., Souza Cruz S.A. e Metalúrgica Gerdau S.A., ou por não apresentar seus resultados em BR GAAP, ou por ainda não ter divulgado seus resultados em IFRS na ocasião da coleta de dados deste estudo.

Para cada empresa, foram calculados nove índices econômico-financeiros, com base nas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas sob normas BR GAAP e IFRS, referentes ao exercício de 2009, disponibilizadas no site da BM&FBovespa, da CVM e das próprias empresas pesquisadas. O exercício de 2009 foi definido como base para comparação entre os índices porque a adoção inicial dos IFRS no Brasil implica na divulgação das demonstrações financeiras ajustadas às normas internacionais, não apenas do exercício corrente (no caso 2010), como também do exercício anterior (2009). Dessa forma, o exercício de 2009, ano da efetiva transição de BR GAAP para IFRS, torna-se a única base possível de se comparar, para as empresas da amostra, as demonstrações consolidadas elaboradas sob os dois padrões.

Os indicadores escolhidos para o estudo e as fórmulas de cálculo de cada um encontram-se no Quadro 1. Esses índices foram selecionados por serem considerados relevantes em termos econômico-financeiros para demonstrar a situação da empresa e auxiliar o processo de tomada de decisão por parte dos usuários.

Cada índice foi avaliado comparativamente entre as normas BR GAAP e IFRS, a fim de se observar se existem diferenças entre os resultados e se as possíveis variações são significativas dentro da amostra. Com base na indicação e interpretação dos indicadores (Quadro 1), foi demonstrado se, para cada índice, ocorreram variações entre os padrões contábeis estudados, e se essas variações refletem resultados mais favoráveis ou desfavoráveis ao desempenho econômico-financeiro das empresas.

Para determinar se as variações encontradas são significativas entre os padrões BR GAAP e IFRS, os dados foram analisados estatisticamente por meio do programa *SPSS Statistics® (Statistical Package for the Social Sciences)*, versão 18.0. Primeiramente, os dados foram testados quanto à normalidade, por meio do teste de Shapiro-Wilks. Aqueles que não apresentaram distribuição normal foram analisados pelo teste não paramétrico de Wilcoxon, usado para comparar dados obtidos de amostras pareadas. Considerando um intervalo de confiança de 95%, valores de p menores do que 0,05 foram considerados estatisticamente significativos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O crescimento da economia e dos mercados globalizados impôs às empresas a necessidade de adotar critérios uniformes na elaboração das demonstrações financeiras, focados na transparência, na confiabilidade e na comparabilidade das informações, visando suportar a variedade de transações realizadas no mercado e em um melhor entendimento por parte dos acionistas, gestores, investidores e analistas financeiros. Para Antunes *et al.* (2007),

a maior clareza e compreensibilidade das informações financeiras das empresas estão associadas às boas práticas de governança corporativa. Quanto maior for o nível de governança corporativa, mais úteis as demonstrações financeiras se tornam, o que facilita o processo de tomada de decisão de investimentos e aumenta a confiança do investidor. Quanto maior a confiança desse investidor, menor o risco percebido por ele e maior a sua disposição para a aplicação de seus recursos.

Em contrapartida, para as empresas, as demonstrações divulgadas sob os mesmos critérios possibilitam a tomada de decisão baseada em informações de alta qualidade, além da maior competitividade na captação de recursos em mercados financeiros internacionais. Segundo Martins e Paulo (2010), para que uma empresa sobreviva no mercado de capitais, ela deve ser capaz de captar recursos neste mercado e direcioná-los a investimentos produtivos e rentáveis, financiando sua expansão e remunerando seus investidores.

Um dos maiores desafios dos órgãos reguladores de contabilidade é diminuir, ou até mesmo eliminar, as divergências de informações evidenciadas em relatórios elaborados sob diferentes normas contábeis de diversos países (BEUREN; KLANN, 2008).

Alinhado a este desafio, o IASB emitiu um conjunto de pronunciamentos internacionais de contabilidade a ser utilizado pelas empresas, e que pudesse atender às exigências de seus principais usuários, independentemente do seu local de origem. Esses pronunciamentos foram chamados de Padrões Internacionais de Contabilidade ou IFRS.

Os primeiros movimentos em direção ao processo de convergência surgiram em 1973, com a criação do IASC (*International Accounting Standards Committee*), entidade criada por 10 países – Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Irlanda, Japão, México e Reino Unido – com o objetivo de emitir pronunciamentos contábeis globais que pudessem ser utilizados pelas empresas e usuários na tomada de decisão. Esses pronunciamentos foram chamados de IAS (*International Accounting Standards*). Em 2001, o IASC foi substituído pelo IASB e os padrões internacionais passaram a ser chamados de IFRS. O IASB assumiu a responsabilidade de definição dos pronunciamentos do IASC, tendo como objetivo transformar os princípios anteriores em critérios contábeis globais internacionalmente aceitos.

Em relação às potenciais desvantagens da adoção das normas IFRS, estão os custos inerentes ao processo de transição propriamente dito. Diehl (2010) considera que, para países que ainda estão em fase de análise da convergência para IFRS, um dos principais custos será o aumento dos valores e taxas cobradas pelas empresas de auditoria externa, cuja prestação de serviços tende a aumentar. Segundo Torres (2011), no Brasil, os gastos com auditores externos aumentaram em média 33% entre 2009 e 2010 e incluem despesas com análise de balanços, assessoria tributária e pareceres especiais. Taylor (2009) ressalta que, além do custo extra com serviços de auditoria, há também um aumento dos custos de treinamento para os profissionais responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, custos de uma potencial mudança dos sistemas de contabilidade e a complexidade e frequência de ajustes em determinados grupos de contas.

Desde o final da década de 1990, esforços para o processo de convergência aos padrões contábeis internacionais têm se intensificado. A adoção dos IFRS, em substituição ao GAAP de cada país, ganhou relevância especial no início dos anos 2000, com sua exigência para países da comunidade europeia. Desde então, governos, entidades profissionais de contabilidade, organizações empresariais e órgãos reguladores têm externado suas preocupações quanto às vantagens e desvantagens da implementação de um único padrão global de contabilidade (WINNEY *et al.*, 2010).

O processo de convergência contábil permanece como objetivo prioritário do IASB, que prima pela qualidade das informações, melhor alocação do capital e redução dos custos de captação. No caso do Brasil, a comparabilidade das informações entre BR GAAP e IFRS determinará, efetivamente, o nível de convergência do país aos pronunciamentos internacionais e o quanto ainda falta a ser feito. Além disso, permitirá questionar o sucesso ou fracasso do IASB quanto ao real alcance dos seus objetivos, uma vez que as informações em IFRS ainda limitam-se a setores específicos.

2.1. A CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS

Os princípios IFRS, enquanto novo padrão contábil global, estão adquirindo rápida aceitação em vários mercados desenvolvidos, o que mostra a tendência de se tornarem a única linguagem contábil existente entre os países.

A convergência contábil é o caminho para se conseguir a harmonização de qualquer norma local para os padrões IFRS, apesar das barreiras a serem superadas e do tempo que pode levar até que, efetivamente, as normas e práticas estejam completamente alinhadas no âmbito mundial.

De acordo com Niyama (2005, p. 38):

Harmonização é um processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permita reconciliar os sistemas contábeis com outros países, de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas, enquanto padronização é um processo de uniformização de critérios, não admitindo flexibilização.

Segundo Lemes e Carvalho (2004, p. 2), “a harmonização das normas contábeis num âmbito mundial é um movimento que surge como forma de atender a maximização da utilidade da informação contábil para todos os usuários, principalmente para os ‘mercados de capitais’”.

Para Weffort (2005), a harmonização das normas contábeis pode ocorrer sob dois aspectos. Um deles é a harmonização de fato, que se dá pela aplicação dos princípios recomendados pelo IASB aos padrões locais. O outro é a harmonização de direito, que diz respeito à incorporação dos padrões IFRS às práticas locais de contabilidade, garantindo a obrigatoriedade em determinado procedimento contábil. Assim, a harmonização de direito, ou seja, das práticas do dia-a-dia das empresas, pode ser uma etapa posterior à atual harmonização de fato no Brasil.

Apesar de ainda não ser aceita por todos, é possível perceber a evolução do processo de convergência por parte dos governos locais.

Na Europa, o processo de adoção dos padrões IFRS se deu a partir de 2002, quando a União Européia (UE), atendendo a uma orientação do IASB, determinou que todas as companhias de capital aberto listadas em bolsas de valores européias adotassem os IFRS em suas demonstrações financeiras a partir de 2005.

Apesar da obrigatoriedade apenas a partir de 2005, algumas empresas européias já utilizavam os IFRS desde 1999. Como exemplo, em 2003, 63% das empresas listadas na bolsa de valores da Alemanha já empregavam IFRS, 30% utilizavam US GAAP e apenas 7% ainda utilizavam GAAP local (MOYA *et al.*, 2005).

Já nos EUA, o processo de convergência entre US GAAP e IFRS é considerado uma tarefa mais delicada para o IASB, pois o país representa, individualmente, o maior mercado financeiro e de capitais do mundo – são cerca de 13.000 empresas listadas na SEC

(DELOITTE, 2011). Uma provável mudança de cultura e uma potencial perda de identidade do país são vistos como os principais obstáculos para a adoção dos IFRS.

Desde a década de 1990, a SEC permitia que as empresas estrangeiras listadas nas bolsas de valores americanas divulgassem suas demonstrações financeiras consolidadas com base nos IAS ou US GAAP. Porém, exigia-se a reconciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido para os US GAAP. Em 2007, pressionada pela recente regulamentação de obrigatoriedade de adoção dos IFRS na UE ocorrida em 2005, a SEC passou a permitir que as empresas estrangeiras com ações negociadas nas bolsas americanas utilizassem as normas IFRS sem apresentar a reconciliação aos padrões US GAAP.

Apesar da resistência à mudança por parte de membros influentes dentro da própria SEC, a regra foi adotada. Um dos motivos para tal ação pode ter sido as constantes críticas da UE à exigência das reconciliações aos US GAAP. Houve também, boatos de ameaças de uma possível retaliação da UE, que exigiria a reconciliação de demonstrações apresentadas com base em US GAAP para padrões IFRS, caso a SEC não permitisse demonstrações financeiras sob IFRS sem a reconciliação (ZEFF, 2008).

Também em 2007, a SEC sinalizou a possibilidade de adoção das normas IFRS pelas empresas americanas. Como observa Zeff (2008), se as empresas estrangeiras podem utilizar tanto IFRS quanto US GAAP em suas demonstrações, sem a necessidade de reconciliação do lucro e patrimônio líquido para US GAAP, seria coerente que as empresas dos Estados Unidos, que enfrentam a competição por captação de recursos no mesmo mercado financeiro, pudessem também adotar IFRS.

Nos anos seguintes, foi emitido um Memorando de Entendimento (MoU – *Memorandum of Understanding*), no qual IASB e FASB (*Financial Accounting Standards Board*), organização encarregada de emitir os pronunciamentos US GAAP, propuseram um roteiro de implementação. O processo de convergência e incorporação das normas IFRS pelos Estados Unidos está em trâmite. De acordo com o cronograma da SEC, empresas americanas divulgarão suas demonstrações com base nas normas internacionais aproximadamente entre 2015 e 2016 (DELOITTE, 2011).

No Brasil, o processo de convergência contábil foi facilitado pelo crescimento significativo do mercado de capitais brasileiro nos últimos anos. Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (2011b), desde 2005, 265 empresas realizaram oferta pública de ações, evidenciando a BMF&Bovespa como importante fonte de captação de recursos. Consequentemente, a competição entre as empresas por recursos disponíveis neste mercado também aumentou. Em decorrência desse fato, muitas empresas brasileiras estão buscando a captação de recursos em mercados de capitais de outros países, onde existem normas contábeis diferentes das brasileiras (MARTINS; PAULO, 2010).

Em sintonia com as demandas das empresas brasileiras e as orientações do IASB, a CVM, por meio da Instrução 457, de 13 de julho de 2007, estabeleceu o ano de 2010 como data-limite para a adoção dos IFRS como padrão contábil na divulgação das demonstrações financeiras consolidadas das companhias abertas listadas na BM&FBovespa (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2011a).

Assim, a divulgação das demonstrações financeiras com base em princípios internacionais de contabilidade representa uma alternativa para a captação de recursos no exterior por parte das empresas brasileiras, além de ser uma grande oportunidade para o crescimento da economia do país.

2.2. ÍNDICES PARA ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A análise das demonstrações financeiras mostra-se como uma ferramenta fundamental na geração de informações sobre o desempenho, a situação econômico-financeira e a forma como as empresas são administradas. Por meio das demonstrações financeiras, é possível elaborar um completo diagnóstico financeiro das organizações, além de ser um referencial para o processo de tomada de decisões. (ASSAF NETO, 2007).

Matarazzo (2010) argumenta que, de maneira geral, a primeira análise dos aspectos econômicos e financeiros da empresa é realizada por índices econômico-financeiros. Um índice apresenta uma relação entre duas ou mais grandezas. Mediante esse pressuposto, os índices financeiros representam uma relação entre as contas das demonstrações financeiras, permitindo a avaliação de dados pontuais da empresa.

Os principais aspectos revelados pelos índices econômico-financeiros são divididos em três grupos, sendo: liquidez e estrutura de capital – evidenciam aspectos financeiros; e rentabilidade – evidencia aspectos econômicos (MATARAZZO, 2010).

As formas de cálculo, indicações e interpretações gerais de cada um dos índices analisados estão representadas no Quadro 1.

GRUPO	ÍNDICE	FÓRMULA	INDICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
ESTRUTURA DE CAPITAL	Participação de Capital de Terceiros	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada \$100 de capital próprio	Quanto menor, melhor
	Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}} \times 100$	Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais	Quanto menor, melhor
	Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Investimentos, Imobilizado e Intangível}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quanto a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada \$100 de Patrimônio Líquido	Quanto menor, melhor
LIQUIDEZ	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante + Realizável e Longo Prazo para cada \$1 de dívida total	Quanto maior, melhor
	Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada \$1 de Passivo Circulante	Quanto maior, melhor
	Liquidez Seca	$\frac{\text{Disponibilidades} + \text{Ativos de Rápida Conversibilidade em Dinheiro}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Líquido para cada \$1 de Passivo Circulante	Quanto maior, melhor
RENTABILIDADE	Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$	Quanto a empresa vendeu para cada \$1 de investimento total	Quanto maior, melhor
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$100 de capital próprio investido	Quanto maior, melhor
	Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$100 de investimento total	Quanto maior, melhor

Quadro 1. Índices financeiros utilizados na comparação dos padrões IFRS e BR GAAP.
Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010).

Para avaliar a estrutura de capital, foram utilizados os índices de Participação de Capital de Terceiros, Composição do Endividamento e Imobilização do Patrimônio Líquido. Esses índices refletem a posição de endividamento da empresa, sendo a base para a tomada de decisões financeiras com relação à obtenção e aplicação de recursos (MATARAZZO, 2010). Para Assaf Neto (2007), a estrutura de capital indica a forma de utilização de recursos de terceiros pela empresa e qual a participação destes em relação ao capital próprio.

A liquidez foi analisada a partir dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Liquidez Seca. Para Vieira e Santos (2005), os índices de liquidez medem o grau de solvência de uma empresa e representam a sua capacidade financeira de gerar caixa para arcar com seus compromissos e obrigações com terceiros.

Por fim, para avaliar a rentabilidade, foram utilizados os índices de Giro do Ativo, Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Rentabilidade do Ativo. Segundo Matarazzo (2010, p.175), esses índices “mostram a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa.”

A análise desses índices permite a investidores nacionais e estrangeiros que orientem e direcionem a aplicação de seus recursos, além de ser um importante critério para o administrador nas decisões de investimento e endividamento da empresa. É fundamental que a nomenclatura contábil seja interpretada de forma correta, sendo a análise dos índices econômico-financeiros uma técnica que tem se mostrado eficaz ao longo do tempo. Informações precisas e uma interpretação correta desses indicadores auxiliam o processo decisório, de forma a mensurar os riscos de cada oportunidade de investimento ou endividamento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram obtidos por meio dos índices dos grupos de estrutura de capital (Participação de Capital de Terceiros, Composição do Endividamento e Imobilização do Patrimônio Líquido), liquidez (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Liquidez Seca) e rentabilidade (Giro do Ativo, Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Rentabilidade do Ativo), calculados com base nas demonstrações contábeis elaboradas sob BR GAAP e IFRS.

Com relação aos indicadores do grupo de estrutura de capital, percebe-se que para o índice Participação de Capital de Terceiros, das 54 empresas pesquisadas, 31 (57,4%) apresentaram queda no valor do índice, 21 (38,9%) apresentaram aumento e apenas duas (3,7%) não apresentaram alteração. Os dados obtidos permitem inferir uma tendência de queda no valor deste índice, representando uma melhora nos resultados sob padrões IFRS, pois diminui a participação de capital de terceiros em relação ao capital próprio investido.

Para o índice Composição do Endividamento, 39 empresas (72,2%) apresentaram queda no valor calculado, 12 (22,2%) apresentaram aumento e três (5,6%) não sofreram alteração. Os resultados refletem uma melhora nos índices calculados sob normas IFRS, uma vez que representam um menor percentual de dívida de curto prazo em relação à dívida total da empresa.

Para o índice Imobilização do Patrimônio Líquido, 33 empresas (61,1%) apresentaram queda no valor, 17 (31,5%) apresentaram aumento e quatro (7,4%) não apresentaram alteração. Por meio dos dados obtidos, é possível perceber uma tendência de queda no valor deste índice, refletindo uma melhora nos resultados sob IFRS, já que diminui o percentual de capital próprio investido nos ativos imobilizados e intangíveis da empresa.

Com relação aos indicadores do grupo de liquidez, percebe-se que para o índice Liquidez Geral, 23 empresas (42,6%) apresentaram queda no valor do índice, 29 (53,7%) apresentaram aumento e somente duas (3,7%) não sofreram alterações. Com base nesses resultados, pode-se inferir uma tendência de aumento neste índice, quando calculados sob padrões IFRS, fato favorável à empresa e investidores. O aumento no índice indica um maior percentual de ativos de relativa liquidez em relação à dívida total da empresa.

Para o índice Liquidez Corrente, 24 empresas (44,4%) apresentaram queda no valor calculado, 28 (51,9%) apresentaram aumento e duas (3,7%) não apresentaram alteração. Os

dados apontam uma leve tendência de melhora nos resultados, indicando, para o curto prazo, uma maior participação dos ativos em relação aos passivos.

Para o índice Liquidez Seca, 21 empresas (38,9%) apresentaram queda no valor calculado, 29 (53,7%) apresentaram aumento e quatro (7,4%) não apresentaram alteração. Percebe-se, para este índice, uma tendência de aumento no seu valor quando calculado sob padrões IFRS. Esse fato reflete uma melhora nos resultados, pois aumenta a proporção de ativos de alta liquidez em relação às obrigações de curto prazo da empresa.

Com relação aos indicadores do grupo de rentabilidade, percebe-se que para o índice Giro do Ativo, 31 empresas (57,4%) apresentaram queda no valor do índice, 16 (29,6%) apresentaram aumento e sete (13%) não apresentaram alteração. Os dados apontam para uma tendência de piora nos resultados quando calculado sob padrões IFRS, já que a redução verificada para a maioria das empresas indica uma queda nas vendas em relação ao investimento total na empresa.

Para o índice Rentabilidade do Patrimônio Líquido, 29 empresas (53,7%) apresentaram queda no valor calculado, 22 (40,7%) apresentaram aumento e três (5,6%) não apresentaram alteração. Percebe-se para este índice, uma tendência de queda nos valores calculados, o que reflete uma piora nos resultados sob IFRS. A menor relação entre o lucro e o patrimônio líquido representa uma menor capacidade de remunerar o capital próprio a partir da rentabilidade da operação da empresa.

Para o índice Rentabilidade do Ativo, 23 empresas (42,6%) apresentaram queda no valor do índice, 27 (50%) apresentaram aumento e quatro (7,4%) não apresentaram alteração. Para este índice, não é possível inferir uma tendência clara de melhora ou piora nos resultados, já que não houve uma maioria de empresas analisadas que se apresentaram em uma ou outra situação.

A Tabela 1 apresenta um resumo do impacto no desempenho econômico-financeiro das empresas, a partir da mudança da utilização de BR GAAP para IFRS, como base de elaboração das demonstrações contábeis.

Tabela 1. Impacto no desempenho econômico-financeiro das empresas da amostra com a mudança de padrões BR GAAP para IFRS.

	ÍNDICE	MELHOR	PIOR	ESTÁVEL	TENDÊNCIA
ESTRUTURA DE CAPITAL	Participação de Capital de Terceiros	57,4%	38,9%	3,7%	MELHORIA
	Composição do Endividamento	72,2%	22,2%	5,6%	
	Imobilização do Patrimônio Líquido	61,1%	31,5%	7,4%	
LIQUIDEZ	Liquidez Geral	53,7%	42,6%	3,7%	MELHORIA
	Liquidez Corrente	51,9%	44,4%	3,7%	
	Liquidez Seca	53,7%	38,9%	7,4%	
RENTABILIDADE	Giro do Ativo	29,6%	57,4%	13,0%	PIORA
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	40,7%	53,7%	5,6%	
	Rentabilidade do Ativo	50,0%	42,6%	7,4%	

Como mencionado anteriormente, os dados obtidos foram analisados estatisticamente por meio do programa *SPSS Statistics*. Cada índice foi analisado comparativamente entre as normas BR GAAP e IFRS, de forma pareada, visando verificar se as variações encontradas são significativas dentro da amostra. Primeiramente, os dados foram testados quanto à normalidade, por meio do teste de Shapiro-Wilks, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Resultados do teste de normalidade de Shapiro-Wilks.

ÍNDICE	NORMAS	GRAU DE LIBERDADE	SIGNIFICÂNCIA*
Participação de Capital de Terceiros	BR GAAP	54	0,0000
	IFRS	54	0,0000
Composição do Endividamento	BR GAAP	54	0,0000
	IFRS	54	0,0001
Imobilização do Patrimônio Líquido	BR GAAP	54	0,0000
	IFRS	54	0,0000
Liquidez Geral	BR GAAP	54	0,0000
	IFRS	54	0,0000
Liquidez Corrente	BR GAAP	54	0,0000
	IFRS	54	0,0000
Liquidez Seca	BR GAAP	54	0,0000
	IFRS	54	0,0000
Giro do Ativo	BR GAAP	54	0,0000
	IFRS	54	0,0000
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	BR GAAP	54	0,0000
	IFRS	54	0,0000
Rentabilidade do Ativo	BR GAAP	54	0,0000
	IFRS	54	0,0000

*Valores de significância maiores do que 0,05 são considerados como distribuição normal.

De acordo com os dados da Tabela 2, o teste de normalidade demonstrou que nenhum dos índices, calculados em BR GAAP e IFRS para as empresas da amostra, apresentou distribuição normal dos dados (significância > 0,05). Assim, para verificar se as variações encontradas são significativas, todos os dados foram analisados por meio do teste não paramétrico de Wilcoxon. Utilizou-se um intervalo de confiança de 95%, ou seja, os valores de p menores do que 5% (0,05) foram considerados estatisticamente significativos. A Tabela 3 apresenta os valores obtidos de p para cada índice analisado.

Tabela 3. Resultados do teste não paramétrico de Wilcoxon.

Índice	Normas	Média	Desvio Padrão	Coef. de variação	Mínimo	Máximo	p*
Participação de Capital de Terceiros	BR GAAP	189,424	356,120	188,00%	-739,987	2.327,963	0,358
	IFRS	175,644	266,603	151,79%	-557,939	1.350,433	
Composição do Endividamento	BR GAAP	48,126	22,786	47,35%	19,480	100,000	0,000
	IFRS	45,217	21,399	47,32%	15,774	100,000	
Imobilização do Patrimônio Líquido	BR GAAP	111,150	116,218	104,56%	-417,686	512,450	0,265
	IFRS	108,775	116,286	106,90%	-312,047	647,260	
Liquidez Geral	BR GAAP	1,093	0,904	82,71%	0,016	6,362	0,253
	IFRS	1,308	1,775	135,69%	0,016	13,103	
Liquidez Corrente	BR GAAP	1,749	1,059	60,56%	0,016	6,375	0,475
	IFRS	1,930	1,769	91,64%	0,016	13,010	
Liquidez Seca	BR GAAP	1,244	1,033	83,04%	0,008	6,186	0,144
	IFRS	1,382	1,618	117,07%	0,008	11,410	
Giro do Ativo	BR GAAP	0,520	0,527	101,30%	0,000	3,257	0,069
	IFRS	0,509	0,510	100,19%	0,000	3,144	
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	BR GAAP	20,839	37,868	181,72%	-27,031	193,935	0,815
	IFRS	20,215	31,935	157,98%	-27,03	178,259	
Rentabilidade do Ativo	BR GAAP	5,139	10,699	208,17%	-26,907	61,053	0,233
	IFRS	5,477	9,481	173,10%	-26,907	51,681	

*Valores de p menores do que 0,05 são considerados estatisticamente significativos.

A partir dos dados obtidos na Tabela 3, percebe-se que para os nove índices analisados, apenas um (Composição do Endividamento) apresentou variações estatisticamente significativas quando se alterou as bases de elaboração das demonstrações financeiras de BR GAAP para IFRS. Entretanto, os valores evidenciados por este índice apontam para uma melhora nos números apresentados sob padrões IFRS (72,2% das empresas analisadas apresentaram redução no valor do índice), fato que favorece a avaliação da empresa no processo de tomada de decisão quanto ao seu desempenho econômico-financeiro. Por este motivo, tratando-se especificamente deste índice, uma variação significativa para melhores números mostra-se como fator benéfico do processo de convergência.

Quanto aos demais indicadores, o fato de não haver variações significativas nos valores dos índices entre BR GAAP e IFRS indica um alto grau de comparabilidade das informações pelos usuários, refletindo, no Brasil, a efetividade dos esforços do IASB de convergência das normas locais aos princípios internacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu verificar se as demonstrações contábeis elaboradas sob padrões IFRS apresentam divergências nos valores dos indicadores econômico-financeiros em relação àquelas preparadas sob normas BR GAAP, e se as variações encontradas são significativas dentro da amostra analisada. A amostra foi composta por 54 companhias abertas, listadas na BMF&Bovespa, pertencentes ao índice Ibovespa. Para cada empresa, calculou-se nove índices econômico-financeiros, com base nas demonstrações financeiras consolidadas de 2009, ano de transição de BR GAAP para IFRS, a fim de se verificar se ocorrem variações nos indicadores entre as duas normas e qual o impacto dessas variações no desempenho econômico-financeiro das empresas estudadas. Os dados foram analisados estatisticamente por meio do programa *SPSS Statistics*, a fim de se observar a significância das variações encontradas.

Para o grupo estrutura de capital, os índices Participação de Capital de Terceiros, Composição do Endividamento e Imobilização do Patrimônio Líquido apresentaram melhores resultados sob padrões IFRS. Com relação ao grupo de liquidez, os índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Liquidez Seca apontaram tendência de melhores resultados em IFRS. Contudo, essa melhora foi sinalizada para pouco mais da metade da amostra analisada. Para os índices de rentabilidade, verificou-se, sob padrões IFRS, uma tendência de piora nos resultados para os índices Giro do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido, enquanto o índice Rentabilidade do Ativo não apresentou uma tendência predominante.

Conclui-se, portanto, que, para as empresas analisadas, a alteração da base de elaboração das demonstrações contábeis de BR GAAP para IFRS provocou variações em todos os indicadores analisados. Contudo, a maior parte dos índices econômico-financeiros calculados sob padrões IFRS apresentou melhores resultados, favorecendo a avaliação da empresa no processo decisório, no que se refere ao seu desempenho econômico-financeiro.

Em relação à significância das variações encontradas, dos nove índices analisados, apenas um (Composição do Endividamento) apresentou diferenças significativas nos seus valores quando calculados sob padrões BR GAAP e IFRS. Entretanto, a variação positiva ocorrida neste índice mostra-se como fator favorável à empresa e investidores no processo de tomada de decisão, já que a redução no seu valor reflete uma melhora nos números da empresa.

Em conclusão, para os índices Participação de Capital de Terceiros, Imobilização do Patrimônio Líquido, Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Giro do Ativo, Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Rentabilidade do Ativo, as diferenças ocorridas entre

os dois padrões adotados não prejudicam a comparabilidade das informações pelos usuários, por não apresentarem significância nas variações. Para o índice Composição do Endividamento, a variação significativa encontrada é favorável à avaliação da empresa pelos usuários da informação, pois representa um melhor desempenho econômico-financeiro divulgado pela empresa. Portanto, considerando os objetivos do IASB de convergência das normas locais de contabilidade aos princípios internacionais, as normas brasileiras, notadamente as aprovadas pela CVM, estão satisfatoriamente alinhadas aos padrões propostos pelo IASB, refletindo a efetividade dos esforços deste órgão para uniformizar os critérios contábeis.

Em virtude do perfil da amostra analisada, composta por empresas de diferentes segmentos, esse comportamento pode não refletir a tendência para segmentos específicos, sendo necessário, para esse fim, analisar um número maior de empresas pertencentes a um mesmo ramo de atividade. Trabalhos futuros poderão concentrar-se na identificação dos principais grupos de contas que mais provocaram as variações nos valores dos índices, fato que contribuiria para analisar o comportamento do índice Composição do Endividamento, que obteve variações positivas significativas.

5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, J.; ANTUNES, G.M.B; PENTEADO, I.M. A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS 1. *In: Anais do X SEMEAD – Seminários em Administração – FEA-USP*. São Paulo, ago. 2007.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico financeiro. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BEUREN, I.M.; KLANN, R.C. Análise dos reflexos das divergências entre IFRS e US GAAP na evidenciação contábil de empresas inglesas listadas na LSE. *In: Anais do 8º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*. São Paulo, jul. 2008.

BM&FBOVESPA. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. **Índice Bovespa – Ibovespa**. Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/indice>. Acesso em: 15 mar. 2011.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM nº 457**. 2007. Disponível em: <www.cvm.gov.br/port/snc/inst457.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2011a.

_____. **Registro de ofertas públicas**. Disponível em: <www.cvm.org.br>. Acesso em: 03 abr. 2011b.

DELOITTE. **IFRS ao seu alcance 2010**: um guia para sua jornada rumo ao padrão contábil global. Disponível em: <www.deloitte.com/view/pt_BR/br/servicos/auditoria/gios/impactosnasuaorganizacao>. Acesso em: 10 mar. 2011.

DIEHL, K.A. The real cost of IFRS: the relationship between IFRS implementation and audit, tax and other auditor fees. **International Research Journal Finance and Economics**, n.37, p.96-101, 2010.

EPSTEIN, B.J. The economic effects of IFRS adoption. **The CPA Journal**, p.26-31, mar. 2009.

FELLMAN, M. **Why IFRS? The benefits and drawbacks of conversion from GAAP to IFRS**. Disponível em: <www.articlesbase.com/accounting-articles/why-ifrs-the-benefits-and-drawbacks-of-conversion-from-gaap-to-ifrs>. Acesso em: 01 abr. 2011.

LEMES, S.; CARVALHO, L.N.G. Efeito a convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB. *In: Anais do 4º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*. São Paulo, out. 2004.

MARTINS, O.S.; PAULO, E. Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP**, v.4, n.9, p.30-54, 2010.

MATARAZZO, D.C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOYA, S.; PERRAMON, J.; CONSTANS, A. IFRS adoption in Europe: the case of Germany. *In: UNIVERSITAT AUTÒNOMA DE BARCELONA. Documents de treball*, n.05/1, fev. 2005.

NIYAMA, J.K. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

ROGERS, D.; REZENDE, C.F.; LEMES, S.; MELO, D.C.; ALMEIDA, M.D. Análise dos índices econômico-financeiros das demonstrações contábeis da Companhia Siderúrgica de Tubarão em diferentes normas (IFRS, US GAPP e BR GAAP). *In: Anais do IX SEMEAD – Seminários em Administração – FEA-USP*. São Paulo, ago. 2006.

TAYLOR, D.W. Costs-benefits of adoption of IFRSs in countries with different harmonization histories. **Asian Review of Accounting**, v.17, n.1, p.40-58, 2009.

TORRES, F. Gastos com auditores sobe 33%. **Jornal Valor Econômico**. Investimentos. São Paulo, 14 jun. 2011.

VIEIRA, R.H.P.; SANTOS, M.M.C. Análise das demonstrações financeiras através de índices financeiros. **Veredas Favip**, v.2, n.1, p.50-60, 2005.

WEFFORT, E.F.J. **Brasil e a harmonização contábil internacional**: influência dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas, 2005.

WINNEY, K.; MARSHALL, D.; BENDER, B.; SWIGER, J. Accounting globalization: roadblocks to IFRS adoption in the United States. **Global Review of Accounting and Finance**, v.1, n.1, p.167-178, 2010.

ZEFF, S. IFRS developments in the USA and EU, and some implications for Australia. **Australian Accounting Review**, v.18, n.47, 2008.